

N.F. Nº - 281392.0486/22-7
NOTIFICADO - ALEXANDRE GONÇALVES
NOTIFICANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA
ORIGEM - DAT METRO - INFRAZ ITD
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 10.07.2023

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0170-06/23NF-VD

EMENTA: ITD. FALTA DE RECOLHIMENTO OU RECOLHIMENTO A MENOR. DOAÇÃO DE CRÉDITOS. Inexistência de doação. Valor equivocadamente lançado pelo Notificado, na sua DIRPF 2018/2017, como transferência patrimonial, representava aplicação financeira sob a modalidade de VGBL. Fato comprovado por documentos acostados nos autos pelo Notificado e expressamente acatado pelo Notificante na Informação Fiscal. Infração insubsistente. Instância única. Notificação Fiscal **IMPROCEDENTE. Decisão unânime.**

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 07/10/2022, exige do Notificado ITD no valor de R\$ 6.033,12, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 3.619,87 e acréscimos moratórios no valor de R\$ 1.727,89, perfazendo um total de R\$ 11.380,88, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 – 041.001.001: falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos. Enquadramento Legal: art. 1º, inciso III da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989. Tipificação da Multa: art. 13, inciso II da Lei 4.826 de 27 de janeiro de 1989.

Inicialmente, cumpre sublinhar que o presente relatório atende às premissas estatuídas no inciso II do art. 164 do RPAF-BA/99, sobretudo quanto à adoção dos critérios da relevância dos fatos e da síntese dos pronunciamentos dos integrantes processuais.

O Notificado apresenta peça defensiva, com anexos (fls. 19/33), alegando que o valor equivalente a R\$ 172.375,00, lançado na sua declaração de IR 2018/2017 refere-se a rendimentos isentos de resgates de aplicações financeiras na modalidade de VGBL da BRASILPREV. Esclarecendo que cometeu o equívoco ao indicar estes rendimentos no campo Transferências Patrimoniais – Doações e Heranças.

Aduz que o valor lançado na mesma declaração, equivalente a R\$ 23.387,53 refere-se à herança recebida, por via extrajudicial, devido ao falecimento de sua mãe, Julieta Felipeto Gonçalves, nos termos da Escritura Pública de Translado e Partilha, datada de 12/05/2017, emitida pelo 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, na qual consta a Certidão de Quitação dos impostos devidos.

Para embasar suas alegações, anexou o informe de rendimentos da BRASILPREV; Escritura Pública de Translado e Partilha do 3º Tabelionato de Notas de Porto Alegre/RS; cópia da declaração supracitada; comprovante de pagamento do DARF e documento de identidade.

Finaliza a peça defensiva requerendo que seja considerada justificada a ausência de recolhimento do imposto a favor do estado da Bahia.

O Notificante presta Informação Fiscal (fl. 39) inicialmente reproduzindo de forma sintética o conteúdo do lançamento e da impugnação, para em seguida esclarecer que: 1) na declaração do IR do Notificado consta que o valor de R\$ 172.375,00 foi transmitido por Julieta Filipeto Gonçalves; 2) No formal de partilha verifica-se que Julieta Filipeto Gonçalves faleceu em 13/03/2017, e 3) No informe de rendimentos consta o valor de R\$ 172.375,00.

Isto posto, conclui que o lançamento na Declaração do Imposto de Renda se refere a VGBL, que não é tributável. Finalizando a informação opinando pela improcedência do lançamento.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído.

É o relatório.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige do Notificado ITD no valor de R\$ 6.033,12, mais multa de 60%, equivalente a R\$ 3.619,87 e acréscimos moratórios no valor de R\$ 1.727,89, perfazendo um total de R\$ 11.380,88 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

A acusação fiscal trata da falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos. Afirma o Notificante que o Contribuinte declarou doação de R\$ 172.375,00 no IR, ano calendário de 2017 e que foi intimado via Aviso de Recebimento - AR e Edital (fl. 01).

Pertinente registrar que a SEFAZ/BA tomou conhecimento da doação a partir de dados informados pela Receita Federal, através de Convênio de Cooperação Técnica.

Inicialmente cumpre sublinhar que na impugnação apresentada o Notificado faz menção a dois valores lançados na sua DIRPF 2018/2017, quais sejam, R\$ 23.387,53 e R\$ 172.375,00. Este último é o que foi utilizado como base de cálculo, para fins de apuração do imposto devido (R\$ 6.033,12), cuja exigência é o objeto da presente lide.

Compulsando as peças processuais, verifico, em particular, a existência de: 1) Cópia da DIRPF 2018/2017 do Notificado (fls. 24/31), na qual consta, especificamente no campo “Transferências Patrimoniais – Doações e Heranças”, o lançamento do valor de R\$ 172.375,00, figurando como DOADOR/ESPÓLIO Julieta Filipeto Gonçalves, CPF nº 375.740.430-00 e como beneficiário o CPF nº 004.651.005-20, que corresponde ao Cadastro de Pessoa Física do Notificado. 2) Cópias de documentos concernentes a Escritura de Inventário e Partilha do Espólio de Julieta Filipeto Gonçalves, lavrada em 12/05/2017, no 3º Tabelionato de Notas de Porto Alegre/RS, onde consta expressamente que o Notificado recebeu bens como herança na ordem de R\$ 24.471,81, bem como que o ITD respectivo foi recolhido (fls. 21/23-v); 3) Cópia das Informações Econômico-Fiscais extraídas do IR do Notificado, na qual é declarado o recebimento do valor de R\$ 172.375,00 no ano calendário 2017, e 4) Cópia do Informe de Rendimentos Financeiros, ano calendário 2017, emitido pela BRASILPREV em 05/02/2018, para fins de subsidiar lançamento na declaração do IR, no qual consta como beneficiário dos rendimentos o Notificado. Cabendo destacar que, neste documento, consta como rendimentos isentos de resgates e benefícios VGBL a quantia equivalente a R\$ 172.375,00.

Com base nos documentos supracitados, infiro que, no presente caso, tratou-se do cometimento de um equívoco, por parte do Notificado, ao lançar valor referente à aplicação em VGBL, como se fosse relativo à ocorrência de uma transferência patrimonial. Pelo que considero inexistir fato gerador de ITD e, conseqüentemente, improceder a acusação fiscal, que trata de uma **doação** de créditos, sem recolhimento de imposto.

Nos termos expendidos, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE**, em instância ÚNICA, a Notificação Fiscal nº **281392.0486/22-7**, lavrada contra **ALEXANDRE GONÇALVES**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 19 de junho de 2023

PAULO DANILO REIS LOPES - PRESIDENTE

EDUARDO VELOSO DOS REIS – RELATOR